

Congresso terá revista quinzenal

LUCIANA CONTI

O Congresso vai ganhar uma revista quinzenal. A certeza de que, depois do *boom* do noticiário econômico, a política será a grande estrela da informação fez a empresa de consultoria carioca Monte Castelo Idéias voltar sua atenção para a Câmara e o Senado. A empresa iniciou uma série de publicações sobre o Congresso e, na primeira semana de agosto, lançará o boletim *Carta Congresso*. O público alvo é justamente o empresariado, que engordou na década passada iniciativas semelhantes na área econômica. A revista vai tratar de tudo que faz o dia-a-dia do Congresso e não sai na grande imprensa.

A seleção editorial da *Carta Congresso* levará em conta principalmente os interesses dos grandes conglomerados empresariais, com milhões de reais em jogo a cada votação no Congresso. Assim, o que normalmente fica fora da grande imprensa, por ser de interesse setorial, ganhará espaço no boletim. "A grande imprensa não tem espaço para cobrir todos os assuntos que interessam ao empresariado e hoje está cada vez mais ávido sobre informações políticas", diz Celso la Peña, um dos diretores da Monte Castelo.

Banco de dados — A assinatura da *Carta Congresso* custará R\$ 260 por mês e poderá ser recebida em disquete ou papel. Antes do lançamento, o preço será de R\$ 180. Pagando uma taxa de uso, o assinante terá direito a usar o banco de dados da Monte Castelo por meio do serviço *Carta Consulta*. As pesquisas sobre a tramitação de projetos no Congresso serão respondidas em no máximo 48 horas ou, no caso de serem mais longas, em prazo previamente estabelecido.

La Peña comemora a aceitação de pesquisas feitas pela empresa sobre o perfil e a tendência dos parlamentares nas votações das reformas constitucionais. As pesquisas, dirigidas ao grande empresariado, custam entre R\$ 800 e R\$ 3 mil. Para ele esse mercado só tende a crescer com a desestatização da economia. "A medida que o Estado for se ausentando de setores estratégicos, o noticiário político crescerá à semelhança do que acontece em outros países", diz.

□ O Senado vota na segunda-feira a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1995, já aprovada na Câmara, em sessão realizada na quarta-feira passada. O relator do projeto de LDO, senador José Fogaça (PMDB-RS), não pretende retirar do texto o artigo que permite ao governo usar dinheiro proveniente das privatizações para pagar a dívida interna. "Usar os recursos das privatizações em custeio, despesas correntes ou obras, por exemplo, é como vender um apartamento para pagar um almoço", comprou.